

Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC

AJUSTE DIRETO N.º 385/2022 - IBMC

AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE UTILIZAÇÃO DE SOFTWARE PARA ANÁLISE DE VARIANTES E ALTERAÇÃO DO NÚMERO DE CÓPIAS (CNV's)

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Índice

Artigo 1º - Identificação e objeto do Procedimento	3
Artigo 2º - Contraente Público	3
Artigo 3º - Órgão que tomou a Decisão de Contratar	3
Artigo 4º - Fundamentação da Escolha do Tipo de Procedimento	3
Artigo 5º - Convite e Entidade Convidada	3
Artigo 6º - Gestão do Procedimento	3
Artigo 7º - Acesso às Peças do Procedimento	4
Artigo 8º - Esclarecimentos e Retificações sobre as Peças do Procedimento	4
Artigo 9º - Documentos que Constituem a Proposta	4
Artigo 10º - Propostas Variantes	4
Artigo 11º - Preço Base e Indicação do Preço	5
Artigo 12º - Modo de Apresentação da Proposta	5
Artigo 13º - Prazo para Apresentação da Proposta	5
Artigo 14º - Prazo de Manutenção da Proposta	5
Artigo 15º - Análise das Propostas e Adjudicação	5
Artigo 16º - Documentos de Habilitação	6
Artigo 17º - Falsidade dos Documentos e Declarações	7
Artigo 18º - Confirmação de Compromissos	7
Artigo 19º - Contagem de Prazos	8
Artigo 20º - Despesas e Encargos	8
Artigo 21º - Prevalência	8
Artigo 22º - Legislação Aplicável	8
ANEXO I - Modelo de Declaração	9
ANEXO II - Modelo de Proposta	11
ANEXO III - Modelo de Declaração	12

Artigo 1º - Identificação e objeto do Procedimento

1. O procedimento é designado por Ajuste Direto com a referência AD 385/2022, tendo em vista a Aquisição de Licenças de Utilização de Software para Análise de Variantes e Alteração do Número de Cópias (CNV's), objeto que obedece aos termos das especificações e condições constantes do *Anexo I - Especificações Técnicas, do Caderno de Encargos*.
2. A presente aquisição tem a Classificação CPV 72540000-2 (Licenças (serviço utilização))

Artigo 2º - Contraente Público

Instituto de Biologia Molecular e Celular – IBMC

NIF 503 828 360 | Rua Alfredo Allen, 208 | 4200-135 Porto

Fax N.º 00351 225 570 770

Endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt

Artigo 3º - Órgão que tomou a Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi tomada pela Direção do Contraente Público, Órgão Competente para a decisão de contratar, em 17 de outubro de 2022.

Artigo 4º - Fundamentação da Escolha do Tipo de Procedimento

O procedimento é por ajuste direto ao abrigo do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao DL 18/2008, 29/1 e demais legislação e regulamentação aplicáveis, adiante designado por "CCP", em especial, nos termos e efeitos do disposto no Art.º 16.º, n.ºs 1, alínea a) e 2 alínea e); subalíneas ii) e iii) da alínea e), n.º 1 do artigo 24.º; Art.º 36.º n.º 1; Art.º 38.º; e Arts.º 112.º e seguintes.

Artigo 5º - Convite e Entidade Convidada

O Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC convida a empresa *Golden Helix, Inc.* a apresentar proposta, no âmbito de um procedimento de Ajuste Direto adotado para a celebração de um contrato para a *Aquisição de Licenças de Utilização de Software para Análise de Variantes e Alteração do Número de Cópias (CNVs)*.

Artigo 6º - Gestão do Procedimento

O procedimento é conduzido pelos serviços competentes do Contraente Público, na pessoa do Responsável pelo ajuste direto para a aquisição dos serviços em causa, designados pela Direção do Contraente Público, em 17/10/2022, com o endereço correio eletrónico procedimentosccp@ibmc.up.pt e com o horário de expediente das 9:00-12:30 e 14:00-17:30 horas.

Artigo 7º - Acesso às Peças do Procedimento

1. O processo do procedimento é, atento ao disposto nos artigos 40º, nºs 1, al. a), e 2; 42º e 115º do CCP, constituído pelo convite à apresentação de proposta e pelo caderno de encargos, bem como pela demais documentação que dele faça parte integrante.
2. As peças do presente procedimento poderão ser obtidas através de download na página do Contraente Público, <http://www.ibmc.up.pt/public-procurement>.

Artigo 8º - Esclarecimentos e Retificações sobre as Peças do Procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão das peças do procedimento são da competência do Contraente Público, devendo os respetivos pedidos serem dirigidos para o seguinte endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt Os esclarecimentos devidos serão prestados pela mesma via.

Artigo 9º - Documentos que Constituem a Proposta

1. A proposta a apresentar pelos concorrentes, deverá conter os seguintes documentos:
 - a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos elaborada em conformidade com o modelo constante do *Anexo I* ao presente Convite (Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57.º do CCP);
 - b. Proposta de preço elaborada em conformidade com o modelo constante do *Anexo II (Modelo de Proposta)* ao presente Convite, do qual faz parte integrante;
 - c. Outros documentos, que o concorrente considere indispensáveis, por conterem atributos da proposta, de acordo com os quais se dispõe a contratar. No entanto, a informação contida nos referidos documentos, deverá limitar-se ao estritamente necessário para a caracterização da aquisição de bens objeto do contrato, até ao limite de **5 (cinco) folhas** apresentadas pelo concorrente. Caso seja excedido este limite, as páginas excedentes não serão consideradas para qualquer efeito.
2. Todos os documentos que constituem a proposta podem ser apresentados em idioma português ou inglês, à exceção do referido na alínea a) que deverá ser obrigatoriamente redigido em idioma português.
3. Os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pela Entidade convidada ou pelo seu representante legal com poderes para o obrigar ou, ainda por mandatário, sendo que neste caso deverá juntar-se o respetivo instrumento de mandato.

Artigo 10º - Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 11º - Preço Base e Indicação do Preço

1. O preço base previsto na cláusula 4ª do caderno de encargos, é de USD 58 608,00 (cinquenta e oito mil, seiscentos e oito dólares), o que corresponde, à taxa de câmbio atual, ao montante de € 60 314,91 (sessenta mil, trezentos e catorze euros e noventa e um cêntimos);
2. Os preços das propostas, que devem incluir todos os encargos inerentes ao objeto do contrato a celebrar e deverão ser indicados em algarismos e não incluir o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais mais decompostos.

Artigo 12º - Modo de Apresentação da Proposta

1. A proposta relativa ao presente procedimento deverá ser submetida, através da página de Internet do Contraente Público, cujo acesso é gratuito: www.ibmc.up.pt/public-procurement.
2. Poderão submeter até um máximo de 10 ficheiros com uma dimensão individual, máxima, de 26MB e nos seguintes formatos: pdf; zip, rar, xls, docx, doc e odt. Após a submissão, a entidade convidada receberá uma confirmação, via correio eletrónico, do ato.
3. Alertamos que apenas ficará autorizado a aceder ao nosso portal, para efeitos de submissão de proposta, o(s) endereço(s) de correio eletrónico por nós autenticado(s), juntamente com a chave do tipo "c5651f87c86dfdb3473e027ec8a28abb8958db" fornecida aquando do envio do convite deste procedimento.
4. Será da responsabilidade da entidade convidada qualquer problema que ocorra no envio ou receção de mensagens de correio eletrónico de dimensão excessiva.

Artigo 13º - Prazo para Apresentação da Proposta

A proposta e os documentos que a instruem deverão ser submetidos até às **17h00** do dia **21 de outubro de 2022**.

Artigo 14º - Prazo de Manutenção da Proposta

A proposta será válida pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados a partir do termo do prazo fixado para apresentação da mesma.

Artigo 15º - Análise das Propostas e Adjudicação

1. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a proposta apresentada, sendo feita de forma global.

2. Após a análise da proposta, o órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de adjudicação e notifica-a, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, sendo que, juntamente com tal notificação, notifica-o ainda nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 77.º do CCP.

Artigo 16º - Documentos de Habilitação

1. Em caso de adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar, nos termos do artigo 81.º do CCP e legislação complementar aplicável, os seguintes Documentos de Habilitação no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação da decisão de adjudicação:

a. Declaração, sob compromisso de honra, elaborada em conformidade com o modelo constante do *Anexo III* ao presente Convite, do qual faz parte integrante;

b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP, designadamente:

- ✓ O Registo Criminal atestando a idoneidade da empresa e dos Titulares dos Órgãos Sociais de Administração, Direção ou Gerência ou documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que aqueles requisitos se encontram satisfeitos;
- ✓ Certidão de Registo Comercial da Empresa ou documento equivalente;
- ✓ Certificado comprovativo de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e impostos devidos no país do adjudicatário ou certificado equivalente emitido pela entidade competente.

2. Conforme o artigo 4º, da Portaria 372/2017 de 14 dezembro, quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação, mencionados na alínea b) anterior, estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

3. Ao abrigo da alínea b), n.º 2, Art.º 3º do DL 60/2018 de 3 agosto, a declaração prevista na alínea a) do n.º 15.1, desde que apresentada nos idiomas admitidos para a apresentação da proposta, não carece de tradução devidamente legalizada;

4. No âmbito da alínea c), n.º 2, Art.º 3º do supracitado Decreto-Lei quando, no país de origem do adjudicatário, não se proceder à emissão do(s) documento(s) ou certificado(s) de habilitação exigidos na alínea b) da cláusula 17, n.º1, este(s) poderá(ão) ser substituído(s) por declaração sob compromisso de honra. A mesma pode ser redigida nos idiomas previstos para a apresentação da proposta, não carecendo de tradução devidamente legalizada nem de ser prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente.

5. Em conformidade com o disposto no n.º 7, do art.º 3.º, da Portaria 372/2017 de 14 de dezembro, o órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste

Convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

6. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o Contraente Público notificará o Adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe o prazo de 2 (dois) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

7. Quando, em função das razões invocadas, as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, derivem de um facto não imputável ao adjudicatário, o Contraente Público fixará um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para efeitos de apresentação dos Documentos de Habilitação em falta.

8. Quando qualquer documento acima descrito não é emitido no país em causa, ele pode ser substituído por uma declaração sob juramento perante uma autoridade judicial ou notário ou, caso contrário, uma declaração solene feita perante uma autoridade administrativa ou um organismo profissional qualificado no seu país de estabelecimento.

9. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no presente artigo anterior através do endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt

10. O Contraente Público notifica o adjudicatário, da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, nos termos previstos no artigo 85.º do CCP.

11. A não apresentação dos documentos de habilitação nos termos previstos no presente artigo implica a caducidade da adjudicação (vide artigo 86.º do CCP).

Artigo 17º - Falsidade dos Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

Artigo 18º - Confirmação de Compromissos

1. O Adjudicatário deve, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

2. No âmbito do gizado no artigo 92.º do CCP, a pedido fundamentado do Adjudicatário, o Órgão Competente para a decisão de contratar pode prorrogar o prazo fixado para a confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta.

3. A não confirmação de compromissos é regulada nos termos do disposto no artigo 93.º do CCP.

Artigo 19º - Contagem de Prazos

A contagem dos prazos relativos ao presente procedimento de formação de contrato é regulada nos termos do disposto no artigo 470.º do CCP.

Artigo 20º - Despesas e Encargos

Todas as despesas relacionadas com a participação no presente procedimento, incluindo as relacionadas com a elaboração e apresentação de propostas e de documentos de habilitação e com a celebração do contrato, quando aplicável, constituem encargos do Adjudicatário.

Artigo 21º - Prevalência

1. Em caso de divergência entre os esclarecimentos e as retificações e as peças do procedimento a que dizem respeito, de que fazem parte integrante, prevalecem os primeiros.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 do artigo 96º do CCP, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 do artigo 96º do CCP e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º, do referido diploma legal e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º do mesmo diploma.

Artigo 22º - Legislação Aplicável

Ao presente procedimento de formação de contrato, é aplicável a lei Portuguesa, designadamente o Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua redação vigente e, se for o caso, o estatuído no Caderno de Encargos deste procedimento.

Junta: 3 anexos ao Convite

Caderno de Encargos e respetivo anexo.

Porto, 17 de outubro de 2022

ANEXO I - Modelo de Declaração

la que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável

1- [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ¹ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ajuste direto com a referência *AD 385/2022*, para *Aquisição de Licenças de Utilização de Software para Análise de Variantes e Alteração do Número de Cópias (CNVs)* declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo³:

- a) Anexo I –Declaração;
- b) Anexo II – Proposta;
- c) ...;

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação das sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57º do CCP.

6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no Artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [Data], [Assinatura⁴]

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos

[As notas constantes do presente modelo, ou equivalente, não devem ser reproduzidas no documento, constituindo um mero elemento definidor do modo como o documento deve ser elaborado]

ANEXO II - Modelo de Proposta

..... [nome], na qualidade de representante legal de ⁵ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes e capitais sociais], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do convite e do caderno de encargos do procedimento, relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Ajuste Direto com a referência *AD 385/2022*, para a *Aquisição de Licenças de Utilização de Software para Análise de Variantes e Alteração do Número de Cópias (CNVs)* declara sob compromisso de honra, que a sua representada se propõe executar, em conformidade com o caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas todas as cláusulas, e legislação aplicável, o objeto do contrato a celebrar, nos termos das especificações e com as características e nas condições constantes do caderno de encargos do presente procedimento e pelo(s) seguinte(s) atributo(s):

- i. O valor global da proposta é de €.....(por algarismos e extenso) (vide Cláusula 9ª do Caderno de Encargos) [a indicar].*

Comunicações e notificações:

Para o Adjudicatário:

À atenção de: [completar]

Morada: [completar]

Endereço de correio eletrónico: [completar]

O imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor, será liquidado pela entidade adjudicante de acordo com as normas em vigor.

Mais declara(m) que se submete(m), em tudo o que respeitar ao objeto do procedimento, e à execução do contrato ao que se acha prescrito na legislação portuguesa em vigor e ao foro do Tribunal da Comarca do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

[Local], [Data], [Assinatura⁶]

[As notas constantes do presente modelo, ou equivalente, não devem ser reproduzidas no documento, constituindo um mero elemento definidor do modo como o documento deve ser elaborado]

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁶ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos

ANEXO III – Modelo de Declaração

la que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º

1- [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], sendo Adjudicatário(a) no procedimento de Ajuste Direto com a referência AD 385/2022, para *Aquisição de Licenças de Utilização de Software para Análise de Variantes e Alteração do Número de Cópias (CNVs)*, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:⁷

2- O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁸] os documentos comprovativos de que a sua representada⁹ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [Data], [Assinatura]¹⁰

⁷ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

⁸ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁹ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

¹⁰ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos

[As notas constantes do presente modelo, ou equivalente, não devem ser reproduzidas no documento, constituindo um mero elemento definidor do modo como o documento deve ser elaborado]